

A Segurança e Defesa Europeia num Contexto Regional e Federal

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

Instituto de Defesa Nacional, Lisboa

O pensador francês Edgar Morin diz sobre a Europa que o seu fundamento é a perda de fundamentos, a *unitas multiplex*, em que a sua identidade reside primordialmente na não-identidade e na heterogeneidade. O que a obrigaria a pensar segundo novos conceitos: o da dialógica e da recursão.¹

Comecei por parafrasear este renomeado autor francês, porque a sua concepção, se não mesmo definição, da Europa é hoje um lugar comum entre os decisores e muitos dos pensadores europeus. Como todas as concepções, também esta tem virtualidades e debilidades, de que importa cuidar.

Desde logo, creio que esta é uma concepção e visão da Europa de enorme justeza, reconhecendo o papel da alteridade na formação de uma consciência europeia, e mais do que isso, dando a essa alteridade o lugar destacado que merece na história europeia e mesmo na história da civilização ocidental.

Na verdade, é a muito feliz história da preeminência do respeito pela individualidade e pela pessoalidade sobre qualquer estrutura social predominantemente holista, aquela que caracteriza o percurso da civilização ocidental e, em particular, da sua matriz cristã, as quais permitiram um devir sem paralelo na história da humanidade até aos dias de hoje.

Todavia, e aqui aparecem as debilidades da concepção de Europa que referi, essa mesma concepção é hoje usada por muitos como arma para não se ir mais além no processo de aprofundamento da União Europeia. A ideia de uma Europa intrinsecamente multiforme, de uma *unitas multiplex*, serve ideologicamente, e creio que de forma totalmente ilegítima, para travar a marcha de uma união política.

Não é necessário concordar com o argumento por inteiro de um europeísta convicto como o foi o filósofo espanhol Ortega y Gasset, que acreditava na preexistência de uma sociedade europeia relativamente aos Estados nação a que só faltava dar consagração política, para aceitar a notabilidade das suas propostas e perceber que, por mais legítima que seja a lógica de alteridade e sem sequer a macular, é preciso avançar um pouco mais². Provavelmente, para responder às nossas urgências e dar cabal cumprimento aos fins últimos para os quais construímos no passado o Estado nação, resta agora, em nome de uma apurada sensibilidade histórica, e ainda sem perder de vista Ortega y Gasset, ir mais além dos Estados nação.

Mas o que é, então, este mais além que preconizo? Não é uma novidade em termos de filosofia política, antes a velha ideia federal, que tanto êxito trouxe aos Estados Unidos.

Não se deve construir uma federação de ânimo leve. A União Europeia sempre ponderou os seus passos e deve continuar a fazê-lo. Mas creio que o modelo federal, com o seu sistema de *checks and balances*, poderá ser uma resposta qualificada para o futuro da Europa. Ademais poderá responder àquilo que hoje se apresenta como um défice democrático de participação europeia e evitar algo pior ainda no relacionamento interestático no seio da União; refiro-me a um directório europeu dominado pelos Estados mais poderosos.

Sei que esta proposta ainda tem muito de utópico, quando assim já não deveria ser. Porém, algo mais grave se vislumbra no horizonte do ponto de vista da segurança europeia. É que não basta aprofundar a União Europeia e mesmo, no limite, criar uma federação, nem adicionalmente

¹ Cfr. Edgar Morin, *Pensar a Europa*, Mem Martins, [s.d.], p.29.

² Os argumentos expendidos por Ortega y Gasset, encontram uma primeira formulação nos anos 20 do século XX, nomeadamente na sua célebre obra, *La Rebelión de las Masas*, mas só adquirem a sua fórmula cabal na conferência por si proferida, a 7 de Setembro de 1949, na Universidade Livre de Berlim, intitulada *De Europa Meditatio Quaedam*. Cfr. José Ortega y Gasset, *Europa y la de Idea de Nación (y otros ensayos sobre problemas del hombre contemporáneo)*, Madrid, 1985.

dispor de uma enorme quantidade recursos afectos a uma política comum de segurança e defesa. Não basta que o *headline goal* tenha um sucesso fantástico. Aquém disso tudo, tem de haver uma vontade forte de afirmação internacional e tem de se saber para que se quer o poder entretanto criado.

Pois bem, muitos dos actuais pensadores e decisores ligados a Bruxelas parecem incorrer no maior dos dislates: o único pensamento coerente que parecem ter para a Europa é a de uma potência moral. Mas a Europa não é a Cruz Vermelha, ou o Crescente Vermelho, nem tão pouco uma ONU. A Europa é, ou melhor, se vier a sê-lo, será uma entidade internacional da natureza dos Estados Unidos, da China, ou do Japão. Como tal, a Europa tem de ter uma estratégia de dissuasão e de intervenção. É possuir tais estratégias que caracteriza verdadeiramente uma potência internacional, tendo de defrontar-se com eventuais potências hostis. Penso ser esse o papel que melhor cabe à Europa se quer ser digna do seu passado.

Não estou a pensar que a Europa deva ser uma potência hostil para com os Estados Unidos, nem sequer forçosamente concorrente. Mas sejamos claros, se quiser ser uma potência internacional vigorosa, aqui ou ali vai ter de enfrentar os interesses norte-americanos e vice-versa. Felizmente, dispomos de um *forum* euro-atlântico, como no passado outras potências nunca dispuseram para arbitrar e resolver os seus litígios.

Não é este um discurso sombrio e céptico, muito pelo contrário. E mesmo contra-vontade parece que na nossa frente temos um objectivo que não queríamos para já, mas que nos pode galvanizar. Refiro-me ao alargamento a Leste. Não era este o momento mais indicado para pensar nisso. Infelizmente, uma política europeia inconsistente permitiu que os Estados Unidos ditassem o calendário, nomeadamente através da NATO.

Não obstante, o vício pode transformar-se em virtude. Com a inclusão dos países da Europa Central e Oriental e, quiçá, no futuro, com uma muito privilegiada relação com a Rússia e o seu espaço, talvez possamos vir a ter uma Europa do Atlântico aos Urais, uma conjugação de esforços das famílias latina, eslava e germânica, que pelo seu potencial vai necessariamente levantar a questão do poder de afirmação internacional da Europa.

Ainda assim, resta um argumento último: a moeda de troca internacional. Teremos de ver o que o futuro nos reserva para o euro. Para já, e contrariamente ao passado britânico, os norte-americanos têm mais sorte, pois ninguém parece interessado em contestar as suas fontes de poder.

Não pensem, contudo, os nossos amigos norte-americanos que pretendemos atentar contra eles. Nada disso, o que queremos é uma Europa que seja afirmativamente europeia, sem complexos e, particularmente, sem o complexo de que os Estados Unidos são devedores crónicos dos seus pais europeus, e por isso não só os devem socorrer como se devem substituir aos europeus naquilo a que a estes deveria incumbir.

Só libertos desses complexos teremos uma Europa mais forte, mas também uns Estados Unidos potencialmente menos agressivos e arrogantes ao quererem acudir a tudo e a todos. Teremos, enfim, uns Estados Unidos mais próximos dos ideais dos *founding fathers*, ideais esses inspirados em ideias europeias e que, por sua vez, poderão servir para inspirar o desenvolvimento de uma outra Europa.